



ABC BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 33.817.677/0001-76

Relatório da administração

A administração da ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas.. As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, além da situação econômico-financeira da Distribuidora, poderão ser examinados através do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas. São Paulo, 10 de março de 2026

A Administração

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	Passivo	Notas	31/12/2025
Circulante		10.063	Circulante		17.882
Disponibilidades	3	4.110	Outras obrigações		17.882
Outros ativos		5.953	Contas a pagar	7	1.702
Ativos Fiscais Correntes	5	3.663	Obrigações fiscais correntes	8	16.180
Diversos	6	2.290	Não Circulante		1.043
Não Circulante		31.353	Outras obrigações		1.043
Realizável a longo prazo		30.728	Contas a pagar	7	156
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		30.728	Obrigações fiscais correntes	8	885
Títulos e valores mobiliários	4	30.728	Obrigações fiscais diferidas	15	2
Ativos fiscais diferidos	15	625	Patrimônio líquido		22.491
Total do Ativo		41.416	Capital social:	18.a	5.000
			Reserva de lucros		17.488
			Outros resultados abrangentes		3
			Total do passivo		41.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Receitas da intermediação financeira		1.612	3.608
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.612	3.608
Resultado bruto da intermediação financeira	4	1.612	3.608
Outras receitas (despesas) operacionais		20.820	37.932
Receitas de prestação de serviços	9	36.833	61.180
Despesas de pessoal	10	(4.728)	(9.089)
Outras despesas administrativas	11	(1.955)	(3.196)
Despesas tributárias	12	(3.994)	(6.556)
Outras receitas operacionais	13	15	1.515
Outras despesas operacionais	14	(5.351)	(5.922)
Resultado operacional		22.432	41.540
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações		22.432	41.540
Imposto de renda e contribuição social	15	(8.408)	(15.200)
Corrente		(8.609)	(15.604)
Diferido		201	404
Participações no lucro		(1.028)	(3.126)
Lucro líquido do período		12.996	23.214
Lucro líquido por ação - em R\$	18.d	0,260	0,465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Equalização de dividendos			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.000	1.000	33.305	(23)	-	39.282
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	26	-	26
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.214	23.214
Dividendos distribuídos	-	-	(33.304)	-	(6.727)	(40.031)
Constituição de reserva	-	-	16.487	-	(16.487)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.000	1.000	16.488	3	22.491	45.982
Saldos em 30 de junho de 2025	5.000	1.000	5.274	2	10.218	21.494
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	1	-	1
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	12.996	12.996
Dividendos distribuídos	-	-	(5.273)	-	(6.727)	(12.000)
Constituição de reserva	-	-	16.487	-	(16.487)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.000	1.000	16.488	3	22.491	45.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente

Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Lucro líquido do período	12.996	23.214
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Outras receitas (despesas) reconhecidas	1	26
Outros resultados abrangentes - ajuste ao valor de mercado	1	43
Eleitos tributários	-	(17)
Resultado abrangente total	12.997	23.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Atividades operacionais	13.197	23.618
Lucro líquido ajustado do período	12.996	23.214
Lucro líquido do período	12.996	23.214
Imposto diferido	201	404
Varição de ativos e passivos	503	19.942
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(11.386)	35.627
Redução outros ativos	3.787	1.855
Aumento/(Redução) em outras obrigações	12.920	16.387
Impostos pagos	(4.818)	(33.927)
Caixa gerado nas atividades operacionais	13.700	43.560
Atividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	(12.000)	(40.031)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(12.000)	(40.031)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.700	3.529
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.410	581
Caixa e equivalente de caixa no final do período (Nota 3)	4.110	4.110
Variáveis nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	1.700	3.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado

Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Apuração do valor adicionado		38.460	66.303
Receita		1.612	3.608
Resultado bruto da intermediação financeira	4	1.612	3.608
Receitas de prestação de serviços	9	36.833	61.180
Outras receitas operacionais	13	15	1.515
Insumos adquiridos de terceiros		(7.114)	(8.743)
Outras despesas administrativas	11	(1.763)	(2.821)
Outras despesas operacionais	14	(5.351)	(5.922)
Valor adicionado total a distribuir		31.346	57.560
Distribuição do valor adicionado		5.756	12.215
Pessoal		3.178	6.005
Remuneração direta		603	1.169
Benefícios		937	1.888
Encargos sociais		10	27
Treinamentos		1.028	3.126
Participações nos lucros e resultados		12.402	21.756
Impostos, taxas e contribuições		10.300	18.408
Federal		183	191
Estadual		1.920	3.157
Municipal		192	375
Remuneração de capitais de terceiros		12.996	23.214
Aluguéis	11	192	375
Remuneração dos acionistas		12.996	23.214
Lucros retidos		12.996	23.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

através da Resolução CMN nº 4.745/19 e Instrução Normativa BCB nº 247, representam exposições que terão impactos nos resultados da organização pela marcação a mercado desses instrumentos ou quando de sua realização ou liquidação. Os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros possuem riscos potenciais de variações de mercado, sendo tais riscos controlados através de metodologia determinada pelo Banco Central do Brasil e o resultado desta análise é considerado na determinação de uma parcela do capital mínimo exigido das instituições financeiras.

5. ATIVOS FISCAIS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Impostos a compensar, são assim compostos:

	31/12/2025
Imposto de Renda	2.466
Contribuição Social PIS e COFINS	1.147
Total	50
Total	3.663

6. OUTROS ATIVOS - DIVERSOS

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de outros ativos - diversos, são assim compostos:

	31/12/2025
Rendas a receber	2.035
Outros	255
Total	2.290

7. CONTAS A PAGAR

A composição dos saldos das contas a pagar em 31 de dezembro de 2025 é assim demonstrada:

	31/12/2025
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	1.858
Total	1.858

(a) Refere-se substancialmente a folha de pagamento e outras despesas com pessoal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora) é uma instituição financeira que tem por finalidade operar no mercado de títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros. Localizada na avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar conjunto 61, CEP 01.453-00, São Paulo - SP, Brasil, suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições, as quais atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando a estrutura operacional do Banco ABC Brasil S.A.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 10 de março de 2026.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM e pelo Bacen. Por sua vez, o Bacen aprovou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 41 - Resultado por ação, CPC 46 - Mensuração do valor Justo e CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

Adicionalmente, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 352/23, que tratam de conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. Referidas normas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025. Não houve impactos provenientes da adoção inicial da referida Resolução no patrimônio líquido da Distribuidora.

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como a realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Critérios de avaliação dos ativos

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:
Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. O valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A classificação de ativos financeiros dependem de:
• Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; e
• As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros - Teste SPPJ). Modelos de Negócios: Os Modelos de Negócios do Banco ABC Brasil representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; ii) como os gestores do negócio são remunerados; e iii) como o desempenho do modelo de negócio é avaliado e reportado à Administração.

Teste SPPJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Distribuidora revisa seus ativos financeiros a cada data de balanço, com o intuito de avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser registradas na demonstração do resultado. O julgamento da Administração é requerido na estimativa do valor e período do fluxo de caixa futuro na determinação das perdas com redução ao valor recuperável.

A Distribuidora aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito. Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origemação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.
Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro ("lifetime"). O reconhecimento de juros dessas operações se dá sobre o saldo devedor financeiro, sem considerar valores de provisão para perda esperada.
Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, os créditos já estão em default e os eventuais juros são calculados com base no saldo contábil líquido de provisão para perda esperada. As rendas sobre as operações vencidas a mais de 90 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Apuração das receitas e despesas
O resultado é apurado pelo regime de competência e considera, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de provável realização.

As receitas de prestação de serviços, são reconhecidas quando a Distribuidora fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a Distribuidora espera receber em troca desses serviços. As principais receitas referem-se à prestação de estruturação e colocação de títulos, os quais são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

d) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios descritos a seguir:
• Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos; e
• Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável.
O imposto de renda é reconhecido pelo regime de competência, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa são classificados ao custo amortizado e são demonstradas:

	31/12/2025
Disponibilidade - (Nota 16)	4.110
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.110

4. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

As classificações dos títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em 31 de dezembro de 2025, são demonstradas como segue:

	Valor contábil	Perda esperada	Valor líquido
Títulos e valores mobiliários	30.728	-	30.728

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

8. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

As composições dos saldos de obrigações fiscais correntes em 31 de dezembro de 2025 são assim demonstradas:

	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre lucros	15.552
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	89
Impostos e contribuições sobre salários	1.311
Outros impostos e contribuições	113
Total	17.065

9. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, são assim demonstradas:

	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Rendas de comissão de estruturação de títulos	36.833	61.180
Total	36.833	61.180

10. DESPESA DE PESSOAL

As composições dos saldos de despesa de pessoal no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 são assim demonstradas:

	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Honorários	1.426	2.721
Benefícios	603	1.169
Encargos Sociais	937	1.888
Proventos	1.752	3.284
Treinamento	10	27
Total	4.728	9.089

11. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As composições dos saldos de outras despesas administrativas no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 são assim demonstradas:

	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Despesas de contribuições filantrópicas	280	280
Serviços do sistema financeiro	313	691
Serviços técnicos especializados	622	683
Aluguéis	192	375
Processamento de dados	251	483
Despesas de viagem	68	201
Comunicações	10	26
Serviços de terceiros	20	38
Despesas de publicações	-	30
Manutenção e conservação de bens	15	29
Despesas de transporte	8	18
Despesas de água, energia e gás	6	12
Refeição	101	187
Outras despesas administrativas	69	143
Total	1.955	3.196

12. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

As composições dos saldos de despesas tributárias no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 são assim demonstradas:

	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Tributos federais	1.891	3.207
Tributos estadual	184	192
Tributos municipais	1.920	3.157
Total	3.994	6.556

13. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

As composições dos saldos de outras receitas operacionais no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 são assim demonstradas:

	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Desconto recebidos	15	15
Compensação pelo cancelamento de prestação de serviço	-	1.500
Total	15	1.515

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

As composições dos saldos de outras despesas operacionais no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 são assim demonstradas:

	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Despesa de colocação de títulos	5.351	5.922
Total	5.351	5.922

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A natureza, a origem e a movimentação dos ativos fiscais diferidos e das obrigações fiscais diferidas no exercício são demonstradas a seguir:

	01/01/2025	Adições	Baixas	31/12/2025
Ativos fiscais diferidos				
Diferenças temporárias:				
Provisões não dedutíveis	274	351	-	625
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	15	-	(15)	-
Total	289	351	(15)	625
Obrigações fiscais diferidas				
Diferenças temporárias:				
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	(2)	-	(2)
Total	-	(2)	-	(2)
Saldo líquido	289	349	(15)	623

As realizações dos ativos e das obrigações fiscais diferidas existentes em 31 de dezembro de 2025 considerando o histórico de rentabilidade e a estimativa de realização futura são demonstradas como segue:

	31/12/2025	Ativo	Passivo	Líquido
Até 1 ano	625	625	(2)	623
Total	625	625	(2)	623

Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e de 15% para contribuição social para as distribuidoras de valores mobiliários.

A apuração das despesas com imposto de renda e contribuição social para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 são demonstradas a seguir:

	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	21.404	38.414
Encargos totais de imposto de renda pelas alíquotas nominais	(8.562)	(15.366)
Receitas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	(148)	(351)
Despesas líquidas de receitas	(209)	(209)
Outros valores	310	322
Imposto de renda sobre os resultados correntes	(8.609)	(15.604)
Impostos e contribuições diferidos	201	404
Total do imposto de renda e contribuição social	(8.408)	(15.200)
Corrente	(8.609)	(15.604)
Diferido	201	404

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos patrimoniais e de resultado, em 31 de dezembro de 2025 das transações realizadas com partes relacionadas, estão relacionados a seguir:

		31/12/2025
	Prazos Remuneração	Ativos/ Receitas/ (Passivos) (Despesas)
Banco ABC Brasil S.A. - Disponibilidades - (Nota 3)	S/ Vencto.	N/A 4.110
Banco ABC Brasil S.A. - Valores a pagar	S/ Vencto.	N/A (1.225)
Banco ABC Brasil S.A. - Comissão prestação de serviços	31/01/2026	N/A - (1.947)

17. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não existem processos cuja perda é considerada provável.

A Distribuidora responde por um processo cuja perda é considerada possível por nossos assessores e o detalhamento é o seguinte:

IRPJ/CSLL - desmutualização CETIP

Trata-se de auto de infração cobrando IRPJ/CSLL sobre suposto ganho de capital auferido durante a desmutualização da CETIP, referente ao ano-base de 2008. Houve adesão à transação tributária no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica, regulamentado pelo edital PGFN/RFB nº54/2025. O valor da exigência na data da adesão à transação monta R\$ 925.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social está representado por 49.960.110 ações, sendo 24.980.055 ações ordinárias e 24.980.055 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social da Distribuidora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei.

Em 24 de março de 2025, foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária a aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas, no valor total de R\$ 28.031, equivalente a R\$ 0,56109589 por ação emitida pela Distribuidora.

Em 08 de setembro de 2025, foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária a aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas, no valor total de R\$ 12.000, equivalente a R\$ 0,240191624 por ação emitida pela Distribuidora. Do montante de dividendos ora distribuídos, R\$ 5.273 são oriundos da reserva de lucros para equalização de dividendos e R\$ 6.727 são oriundos da conta de lucros acumulados em 30.06.2025

c) Destinação do lucro

i) Reserva de lucros - Equalização de dividendos

Por deliberação dos acionistas, através de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2009, foi aprovada a criação da conta reserva de lucros para equalização de dividendos destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

A Administração irá propor a distribuição de dividendos na Assembleia Geral Ordinária para equalização da conta reserva de lucros, a ser realizada até 30 de abril de 2026.

d) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº4.955/21, instituiu a apuração do patrimônio de referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e, através da Resolução CMN nº 4.958/21, instituiu apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de janeiro de 2022. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2025 apurado com base no conglomerado prudencial é de 16,29%.

20. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Distribuidora e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2025 não houve resultados classificados como não recorrente.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

A Diretoria

Contador: MARCOS CHADALAKIAN - CRC 1SP 243173/O-0

Relatório do

auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e administradores da
ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Apresentação dos valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Distribuidora, e apresentada como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em

conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Distribuidora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma Brasileira de Contabilidade e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2026



Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Gilberto Bizerra de Souza
Contador - CRC RJ-076328/O

www.abcbrasil.com.br



https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/abc-brasil-distribuidora-de-titulos-e-valores-mobiliarios-s-a-balanco-patrimonial-31-de-dezembro-de-2025/

